



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARINA DO NASCIMENTO SILVA

**A ESCOLA INDÍGENA JOSÉ CARAPINA EM PARICONHA-ALAGOAS:  
MEMÓRIAS SOBRE A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E O ENSINO  
DIFERENCIADO (2003-2018)**

Delmiro Gouveia, AL

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARINA DO NASCIMENTO SILVA

**A ESCOLA INDÍGENA JOSÉ CARAPINA EM PARICONHA-ALAGOAS:  
MEMÓRIAS SOBRE A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E O ENSINO  
DIFERENCIADO (2003-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Dr. Pedro Abelardo de Santana

Delmiro Gouveia, AL

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S586e Silva, Marina do Nascimento

A Escola Indígena José Carapina em Pariconha-Alagoas :  
memórias sobre a concepção, construção e o ensino diferenciado  
(2003-2018) / Marina do Nascimento Silva. – 2018.  
38 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.  
TCC – Artigo científico (Licenciatura em História) – Universidade  
Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2018.

1. História. 2. Educação indígena. 3. Índios Jerinpacó.  
4. Pariconha – Al. I. Título.

CDU: 93:37

MARINA DO NASCIMENTO SILVA

A ESCOLA INDÍGENA JOSÉ CARAPINA EM PARICONHA-ALAGOAS: MEMÓRIAS  
SOBRE A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E O ENSINO DIFERENCIADO (2003-2018)

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de  
História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL),  
Campus do Sertão, como requisito parcial para obtenção do  
título de Licenciado.

BANCA EXAMINADORA

Pedro Abelardo de Santana

(Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana, UFAL) (Orientador)

Sheyla Farias Silva

(Prof.<sup>a</sup> Ma. Sheyla Farias Silva, UFAL) (1<sup>a</sup> Examinadora)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suana Medeiros Silva, UFAL) (2<sup>a</sup> Examinadora)

Delmiro Gouveia  
2018

**A ESCOLA INDÍGENA JOSÉ CARAPINA EM PARICONHA-ALAGOAS:  
MEMÓRIAS SOBRE A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E O ENSINO  
DIFERENCIADO (2003-2018)**

Marina do Nascimento Silva<sup>1</sup>

**RESUMO**

O objetivo desse trabalho é fazer um registro do processo de implantação da escola na comunidade indígena Jeripancó que fica localizada em Pariconha-AL, no Alto-Sertão. Analisaremos como se organiza a educação escolar para os indígenas a partir da Constituição de 1988, o ensino diferenciado, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1999. Faremos um breve relato das memórias do cacique Genésio Miranda sobre como ocorreu a implantação da escola na aldeia Jeripancó. Também utilizaremos a dissertação de mestrado de Gilberto Geraldo Ferreira, para comparar a situação da escola dez anos após a realização daquele estudo.

**Palavras-chave:** Educação; indígena; Jeripancó.

---

<sup>1</sup> Graduanda de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, 2018. Contato: marina-india@hotmail.com

**A JOSÉ CARAPINA INDIGENOUS SCHOOL IN PARICONHA-ALAGOAS:  
MEMORIES ON A CONCEPTION, CONSTRUCTION AND DIFFERENTIATED  
EDUCATION (2003-2018)**

**ABSTRACT**

The purpose of this work is to record how the School's implantation process took place in the Jeripancó indigenous community located in Pariconha-AL, Alto-Sertão. We will analyze how school education for indigenous people is organized starting from the Constitution of 1988, differentiated education, the Law of Directives and Bases (LDB) with Law No. 9,394 / 96, the National Education Plan (PNE) and National Curriculum for the Indigenous Schools (RCNEI), 1999. We will give a brief account of the memories of the cemetery Genésio Miranda, where we will retell how the implantation of the school occurred in the Jeripancó village. Finally, we will use as reference the second chapter of Gilberto Geraldo Ferreira's master's thesis, in order to make a comparison of the information contained therein with current information.

**Keywords:** indigenous school education; Jeripancó school; differentiated education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988</b>	9
<b>CAPÍTULO II – A LUTA POR UMA ESCOLA NA COMUNIDADE INDÍGENA JERIPANCÓ – PARICONHA</b>	13
2.1. O primeiro grupo escolar da aldeia	15
2.2. A Escola Estadual José Carapina	18
2.3. A situação atual da escola José Carapina e o ensino diferenciado	21
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	29
<b>REFERÊNCIAS</b>	31
<b>APÊNDICE</b>	33

## INTRODUÇÃO

O interesse desse trabalho é fazer um registro de como se deu o processo de implantação da escola na comunidade indígena Jeripancó, localizada em Pariconha, Alagoas. Com a utilização de fontes orais de líderes da comunidade que durante muitos anos conseguiram, aos poucos, novas conquistas para a escola. Esta desenvolve um papel central na formação dos indígenas, bem como, no aprendizado de saberes dos seus antepassados.

Esse artigo tem como principal objetivo registrar a memória social de líderes da comunidade sobre a conquista de uma escola na aldeia Jeripancó, desde 1982, ano de criação do primeiro grupo escolar, e do ano de 2002, quando foi construído o prédio principal da escola José Carapina até os dias atuais.

O anseio em tratar da temática das políticas educacionais para os povos indígenas surgiu da necessidade de fazer um resgate histórico da criação da primeira escola na comunidade e analisar como essas políticas são reproduzidas no cotidiano escolar. Dessa maneira, esse trabalho é um estudo quantitativo e qualitativo com uso de fontes orais, imagens e bibliografia, em que “A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (MIOTO, 2007, p. 37). Sobre a fonte oral, que de acordo com Meihy (2007, p. 17), é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos.

Esse será um trabalho importante para todos da comunidade, pois busca fazer um histórico da instituição escolar, visando manter atualizada essa história, incentivar novos debates e pesquisas, e contribuir na reflexão da prática educacional nessa comunidade Jeripancó. Servirá para indígenas e não-indígenas conhecer a formação da escola e entender porque a sua criação foi considerada como modelo para as comunidades indígenas vizinhas, as quais ainda lutam por uma escola indígena em seu território. Nesse sentido, esse trabalho pode abrir caminhos para novas pesquisas e também pode interessar aos defensores novas unidades escolares entre os indígenas.

Os objetivos deste trabalho são: buscar as fontes escritas e orais sobre a unidade escolar, perceber quais foram as mudanças físicas e no processo de ensino ocorridas desde a sua implementação até hoje.

Analisaremos as conquistas da comunidade com base na identidade étnica do povo Jeripancó e sua busca por direitos que foram reconhecidos principalmente a partir dos anos 1980. A partir desta década, ter uma identidade étnica era sinônimo de direitos constitucionais.



Para Braga,

Dessa delimitação como grupo etnicamente diferenciado, e portador de direitos como tal, vieram os direitos indígenas do reconhecimento de uma sociedade e cultura; a terra; definição clara do que é terra indígena; direitos indígenas coletivos; melhores garantias para a exploração de recursos minerais e naturais em suas terras; proibição da remoção dos grupos de seus territórios tradicionais (p. 209).

Para de fato terem direito a terra, os indígenas Jeripancó ainda precisavam serem reconhecidos etnicamente como um povo que se originou dos índios Pankararus de Brejo dos Padres em Pernambuco logo depois de viverem algum tempo com sua cultura e suas práticas silenciadas para não sofrerem ameaças de fazendeiros e coronéis que visavam a conquista das terras que os indígenas haviam ocupado, assim como aconteceu com os primeiros habitantes da aldeia Jeripancó no povoado Ouricuri em Pariconha.

Esse trabalho está dividido em três partes:

Na primeira parte, no tópico dois, trataremos da educação escolar indígena no Brasil após a Constituição de 1988, a qual que dá respaldo as práticas educacionais de forma diferenciada, traz os povos indígenas para visibilidade social o que anteriormente não se considerava. É possível vislumbrar um novo olhar para os povos indígenas a partir da mesma, ao mesmo tempo que passados trinta anos da sua promulgação poucos destes direitos são efetivados na prática.

Na segunda parte, no tópico três, utilizando as memórias de alguns indígenas Jeripancó sobre a criação da escola na comunidade, a fim de fazer um registro histórico. Da necessidade social da comunidade em requerer a escolarização para seu povo, na qual percebemos que os entrevistados não veem a educação como algo prejudicial a cultura do seu povo.

No terceiro tópico ainda utilizaremos a dissertação de mestrado de Gilberto Geraldo Ferreira, a fim de fazer umas comparações com informações trazidas na dissertação com os dias atuais o que provavelmente causou uma transformação na prática, visto que, maior parte esses profissionais são os mesmos que até então não tinham formação inicial.

**CAPÍTULO I**  
**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE**  
**1988**

Foi na Constituição de 1988 que os direitos dos indígenas ganharam respaldo. Nela vem garantida uma educação escolar específica, além da valorização de suas tradições. Depois desse pontapé inicial, outras leis foram promulgadas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Além de trazer direitos, trazem também deveres tanto para o Estado quanto para quem a lei se refere. A Carta Magna trouxe benefícios, principalmente no que diz respeito a educação, estando garantida no artigo 210, no inciso 2, o uso da língua materna nas escolas.

Segundo Alves (2002, p. 21), no Brasil a Constituição Federal (1988) traçou um quadro jurídico novo para a regulação das relações do Estado com as sociedades indígenas contemporâneas. Rompendo com uma tradição de quase cinco séculos de política integracionista, ela reconhece aos índios o direito à prática de suas formas culturais próprias. O artigo 231 da Carta Magna afirma que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

De acordo com Silva (2017, p. 52) a Constituição Federal de 1988 garante uma educação pautada nas relações étnico raciais que privilegiam a cultura local específica de cada etnia, na construção dos currículos escolares, permitindo conhecer e valorizar a diversidade cultural dos povos existentes no nosso país, e neste contexto, se insere a Educação Escolar Indígena diferenciada.

No que se refere a educação ser específica e diferenciada, essa lei foi criada para garantir aos povos indígenas o direito a ter uma educação pautada em suas tradições, usando a oralidade dos mais velhos e a língua materna se a aldeia possuir.

Sobre a interculturalidade Candau afirma que:

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (2008, p. 52).

A FUNAI - Fundação Nacional do Índio, diferente da Constituição de 1988, tinha o intuito de integrar o índio à sociedade, mas trazia como diferencial o respeito a cultura:

Quanto aos programas educacionais desenvolvidos a partir de 1972 pela FUNAI, estipulavam uma educação escolar ministrada em línguas indígenas e por professores indígenas, no entanto, esse projeto não teve avanços por falta de incentivo e objetividade do próprio órgão indigenista, prevalecendo assim a forma de ensino tradicional em língua portuguesa e com os mesmos anseios assimilacionistas (SILVA, 2013, p. 57).

Essa educação foi tutelada pela FUNAI até o ano de 1991, sendo passada para o Ministério da Educação em seguida. Silva (2017, p. 63), salienta que quando o MEC assumiu a educação para os índios possibilitou a criação do primeiro referencial curricular voltado para as escolas indígenas diferenciadas, pautado em um currículo intercultural.

Segundo Alves, o Ministério da Educação tem fomentado ainda a divulgação da temática indígena para a sociedade nacional, buscando, com isso, combater a discriminação e o preconceito, ainda vigentes, em relação às sociedades indígenas, e procurando valorizar a diversidade sociocultural do país (2002, p. 24).

Posteriormente, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a Lei nº 9.394, de 1996, o art. 32 reproduz o que já estava determinado na Constituição, sobre o ensino fundamental e a língua materna. É nos artigos 78 e 79 da LDB que o ensino básico para os indígenas vem ofertado em forma de uma educação bilíngue e intercultural, que tem como objetivo a garantia de valorização de sua cultura.

Vejamos o artigo 78 da LDB:

Artigo 78 – O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Essas leis vieram para melhorar ainda mais a educação dos povos indígenas, dando mais autonomia às escolas para formar um currículo que atenda principalmente a cultura:

Artigo 26 da lei de diretrizes e bases da educação de 1996- Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

O Plano Nacional de Educação (PNE), com a Lei nº 10.172/01, cria metas e diretrizes para a educação escolar indígena:

A educação bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização (GRUPIONI, 2002, p. 31).

As metas do PNE são extensas, entre elas estão:

- Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de “escola indígena” para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue seja assegurada;
- Criar, tanto no Ministério da Educação como nos órgãos estaduais de educação, programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e assessores;

O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI), é um documento de grande importância para a Educação Indígena que também foi criado em 1988, tendo como finalidade “cumprir a árdua tarefa de apresentar pela primeira vez, no País, ideias básicas e sugestões de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental” (BRASIL, 1998).

Buratto, (s/d, p. 12), em suas palavras, diz que o RCNEI:

Contém os princípios, os fundamentos gerais e as orientações para subsidiar os professores no dia-a-dia de sua escola e sugestões que poderão ser acatadas pelos técnicos e dirigentes dos sistemas municipais e estaduais de ensino na definição de políticas para a educação escolar indígena.

As leis que amparam a valorização da cultura indígena norteiam também as práticas pedagógicas a fim de subsidiar aos índios o contato direto com a preservação de suas histórias e memórias, para que possam a partir de suas percepções exercer o protagonismo. Assim, a escola terá papel fundamental, sendo elo que aborda em suas práticas; tradição e transformação dos sujeitos, reunindo elementos de contextos e significados intrínsecos da cultura indígena e saberes que coadunam com a história, memória e conscientização de um povo. Contudo, ao mesmo tempo que dá autonomia as escolas indígenas é possível se observar que há a desassistência no cotidiano das escolas por parte dos órgãos públicos, visto que as mesmas não conseguem sustentar-se se não há políticas públicas nem ao menos de formação continuada para os professores indígenas.

**CAPÍTULO II**  
**A LUTA POR UMA ESCOLA NA COMUNIDADE INDÍGENA JERIPANCÓ –**  
**PARICONHA**

A comunidade indígena Jeripancó está localizada na cidade de Pariconha, no Alto Sertão de Alagoas. Segundo Santos (2015, p. 19), no ano de 1894 a comunidade foi formada e, até o ano de 1980, não tinha um nome concreto, eram apenas conhecidos por “Pankararus desterrados”, devido os primeiros povoadores da aldeia terem vindo da aldeia Pankararu localizada em Brejo dos Padres, em Pernambuco. Segundo Farias (2011, p. 45), esses índios saíram de suas terras devido a perseguições de um coronel chamado Cavalcanti que queria ocupar a terra onde viviam os índios, agindo com violência para obter o que desejava.

O nome da primeira escola da comunidade foi uma homenagem a dos primeiros habitantes da aldeia por nome de José Carapina, um índio Pankararu do Brejo dos Padres, em Pernambuco, que junto com sua esposa chamada Isabel fugiram da comunidade devido a conflitos internos e fundaram a aldeia Jeripancó, no povoado Ouricuri, em Pariconha, Alagoas.

O nome Jeripancó significa povo grande, derivando de Geritacó/Jiritacó é um dos nomes que compõe a família Pankararu. Em seu processo de formação e nascimento da aldeia, tiveram que silenciar sua cultura, suas práticas para não sofrer novas perseguições. A comunidade indígena foi reconhecida pelo Estado em 04 de Abril de 1992.

Mesmo com origem ligada ao povo Pankararu, elas são independentes na questão étnica, são consideradas povos diferentes, mas irmãos com uma cultura e ritual semelhantes. Para Santos,

A negação da identidade foi a melhor saída contra o sistema articulado nas mãos dos poderosos, graças a isto puderam desviar o foco das perseguições se autodenominando caboclos. Isso na nomenclatura regional é aceitável onde todos independentes da etnia são assim denominados ou simplesmente são chamados de sertanejos (2015, p. 63).

Os índios Jeripancó tem sua história pautada em muitos enfrentamentos ao longo de sua história, sendo uma das primeiras aldeias do Alto Sertão alagoano, mostra-se muitas vezes como sendo um modelo para as comunidades circunvizinhas e também descendentes do povo Pankararu de Brejo dos Padres em Pernambuco. Diante do silêncio que foi preciso durante alguns anos, o sentimento de pertença foi um dos motivos principais de manter sua cultura viva. Dessa maneira Braga salienta que,

É de fundamental importância para o funcionamento dessa noção de grupo o sentimento de pertença, pois esse se reflete na base de formação de uma identidade social, que depende da atribuição por outros, mas também da autoatribuição. Dessa forma, as identidades sociais assumem um caráter amplamente relacional, sendo formadas à medida que os agentes as utilizem para classificar a si e aos outros nas interações sociais (2005, p. 173).

De acordo com Silva (2017, p. 92), o nome da aldeia possui variantes como: Jeripancó, Jiripankó, Giripancó, Geripankó, que estão em documentos oficiais e registros de entrevista com pessoas mais velhas da comunidade e referências bibliográficas.

A aldeia foi formada em 1897 com as famílias Gabão, Caipiras, Cristóvão e Peba, mas até o ano de 1982 não utilizavam o nome Jeripancó por medo de novas perseguições. Havia porém, a necessidade de ter um líder para tratar de assuntos da comunidade. Além disso, a população que crescia muito a cada dia, mas ainda não tinha um pajé. Genésio Miranda da Silva era tido como um líder na comunidade devido a seu bisavô, José Carapina, ter sido o primeiro povoador da aldeia. Ele detinha muitos conhecimentos, sabia das histórias e, em 1982, assume o papel de representar oficialmente a sua comunidade lutando pelo reconhecimento da aldeia. Segundo Ferreira,

Seu Genésio não tinha intenção de ser um cacique, pois mora no Piancó desde a década de 1970, região distante do Ouricuri, o que dificultaria o cumprimento das atribuições como representante de um povo. Em 1982, seu compadre por nome Cícero levou um recado a sua casa, dizendo haver um homem no Ouricuri que intencionava reunir o pessoal para escolher alguém que pudesse representar a comunidade em Brasília. A tarefa era de lutar pela tentativa de reconhecimento étnico do povo indígena como independente dos Pankararu' (Ferreira, 2008, p. 89).

Assim, nasce o primeiro cacique da aldeia, pela vontade do povo da comunidade. Genésio Miranda da Silva, atualmente tem 88 anos e é tido na comunidade como o ancião portador de inúmeras memórias da história da comunidade. Em seguida trataremos um pouco da história de uma de primeiras conquistas como cacique: o primeiro grupo escolar.

## 2.1 O primeiro grupo escolar da aldeia

Figura 1.



Foto: Marina do Nascimento Silva, junho 2018



Esse tópico se baseia nas memórias de Genésio Miranda da Silva, ancião, líder da comunidade e um dos principais protagonistas pela conquista da primeira escola da comunidade. Também usarei as memórias de Luís José Antônio de Araújo, atual pajé da aldeia Jeripancó.

Segundo Bosi,

A memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar. De onde resulta uma concepção extremamente flexível da memória. A lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada (1994, p. 68).

As lembranças, portanto, são neste caso um resumo de um processo de luta por parte dos índios Jeripancó que a posteriori devem ser guardados, e a escola se torna um espaço dessas memórias.

Bosi salienta ainda que,

O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com se coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa e confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer (1994, p. 20).

Segundo as memórias de Genésio Miranda, a criação do primeiro grupo escolar se deu através de uma proposta que recebeu de um amigo também indígena por nome de Manoel Celestino, um índio da etnia Xucuru-Kariri de Palmeira dos Índios, Alagoas. Eles tinham como meta ir a Brasília, 1982, para tentar conquistar esse bem para a comunidade. Segundo Genésio, “Mané Celestino disse que quando nós tivéssemos prontos, nós fosse até Pariconha e esperasse uma ligação que ele ia fazer através do orelhão que tinha na praça e assim nós fizemos” (Entrevista com Genésio Miranda da Silva, aldeia Ouricuri, Pariconha, Alagoas, 12/04/2018).

Segundo Genésio, Quando estavam no aguardo da ligação, o telefone tocou:

- Alô, quem fala?  
 - Celestino.  
 - Oi Celestino. Como vai?  
 - Tudo bom. E aí?!  
 - Rapaz, duas pessoas já tá preparada, pronta a viajar, agora só que sem recurso e alimentação.  
 - Por isso aí não tem problema não. Você amanhã vá em Água Branca e fale como prefeito Antonio Grilo que eu já conversei com ele e ele disse que dá, ele vai ajudar. Aí quando você for para Água Branca amanhã, se apresente a ele e tudo certo. Quando forem, já vão com a mala pronta para viajar. (Entrevista com Genésio Miranda da Silva, aldeia Ouricuri, Pariconha- Alagoas, 12/04/2018)

Genésio relatou que no dia seguinte foram a Água Branca e logo procuraram o prefeito Antônio Batista de Oliveira que governou nos anos 1982-1988, mais conhecido como Antônio Grilo e dialogou com o mesmo:

- Sr. Antonio, é o seguinte, um companheiro de Palmeira dos Índios me procurou...
- Sim, ele me falou - disse o prefeito. – Só que eu fui aqui olhar no caixa e não tem um centavo, aí como é que eu vou arrumar esse dinheiro pra vocês? Vamos fazer o seguinte, pra vocês ir pra Brasília é uns mil contos e eu não tenho esse dinheiro, não posso tirar da minha loja, mas vamos fazer assim, eu vou dar as passagens para vocês irem pra Recife hoje mesmo.
- Sr. Antônio e agora?
- Vá ali no banco e entregue essa folha ao gerente- pediu o prefeito.

Assim ele fez, foi ao banco e entregou a folha ao gerente que lhe deu sessenta contos de réis. Genésio afirma que foi levar para o prefeito dinheiro que o gerente havia lhe entregado, chegando lá o prefeito disse que o dinheiro seria para eles viajarem até Recife.

Com o dinheiro dado pelo prefeito de Água Branca viajaram no mesmo dia para Recife. Segundo Genésio, viajaram às 17:00 h do mesmo dia. Quando chegaram a Recife, foram diretamente para sede da FUNAI (Fundação Nacional do índio). Dois dias se passaram até irem à Brasília. Ao chegarem a Brasília, foram para uma reunião com o presidente do Brasil, José Sarney, e de lá foram encaminhados para falarem com o presidente da Funai que naquele momento era Romero Jucá. Segundo Genésio, “O que ficou combinado lá em Brasília é que viria um GT - Grupo de Trabalho pra fazer a limitação, a demarcação e a homologação” da terra para que pudesse vir verbas para a comunidade, pois ela precisaria ser reconhecida para receber tais benefícios. Segundo ele, o grupo de trabalho demorou em média quatro anos para fazerem esse trabalho na aldeia.

Nas palavras do cacique Genésio, quando houve o reconhecimento da aldeia (não recorda o ano), esta recebeu uma quantia em dinheiro no valor de duzentos mil réis (valor equivalente hoje a vinte e quatro mil e seiscientos reais) para ajudar em alguns serviços. Esse dinheiro foi dado pelo administrador da Funai, por nome Valfredo. Genésio conta que recusou o dinheiro, mas decidiram depositar na conta do prefeito de Água Branca, Antonio Grilo, e sempre que precisassem de algum valor iriam pegar com ele na prefeitura. Estavam certos da finalidade daquele dinheiro para a construção do primeiro grupo escolar da aldeia, um espaço com duas salas de aula para alfabetizar as mais de quinhentas crianças da aldeia.

Na construção da escola, nos anos 1980, a comunidade se mobilizou. Os homens se encarregavam da mão de obra e as mulheres (cerca de trinta), ajudavam carregando água em potes de uma fonte próxima, elas não participaram igual os líderes homens, o papel delas

naquele momento era apenas ser dona de casa, cuidar dos filhos e do marido, não tinham voz ativa para liderar, essa parte cabia apenas aos homens da comunidade.

Sobre a primeira escola da comunidade, Luís Araújo fala:

Eu gostaria de ter participado da criação daquele grupo, mas na época que começaram a fazer ele eu não acompanhei e não pude ajudar porque eu trabalhava na Companhia Hidro elétrica do São Francisco (CHESF) de Paulo Afonso-Bahia, aí quando eu cheguei já tava pronta e até hoje tá lá do mesmo jeito de quando construíram (Entrevista com Luís José Antônio de Araújo, aldeia Ouricuri/ Pariconha-AL, 13/06/2018).

Quando o primeiro grupo escolar estava pronto, surge um problema, a falta de professor. Passaram dois anos esperando até que decidiram ir novamente à Brasília tentar resolver a situação, pois o prefeito citado, alegou não ter condições de efetuar o pagamento caso contratassem uma professora.

Segundo Genésio, quando estava em Brasília em meados dos anos 1980, encontrou alguns parentes (termo usado para falar de outros indígenas), e, contando a situação em que a aldeia se encontrava e o motivo da sua ida até lá, um dos indígenas resolveu ajudar indicando uma pessoa para lecionar na aldeia. Tudo ficou melhor resolvido ao final de uma conferência que houve naquele dia. Após quinze dias, a professora por nome de Carminda Gomes Padilha, uma índia Tuxá de Rodelas, Bahia, chega ao Ouricuri para dar aula. A comunidade a acolheu cedendo uma casa para morar.

## 2.2 A Escola Estadual José Carapina

A Escola Indígena José Carapina foi oficializada como categoria indígena diferenciada pelo Decreto nº 1272 de 04 de junho de 2003, expedido pelo Governo do Estado de Alagoas, conforme o art. 107, inciso IV, da Constituição Estadual, que implementou a categoria Educação Escolar Indígena (SILVA, 2017, p. 96).

Figura 2.



Foto: Marina do Nascimento Silva, junho 2018

Segundo Gênesio Miranda, em meados de 1990, o primeiro grupo escolar já não era suficiente para alfabetizar tantos alunos, precisavam implementar o ensino fundamental e, posteriormente, o médio para que os indígenas não precisariam se locomover até a cidade para estudar.

Passados alguns anos (Genésio não informa quantos) após a conquista da primeira escola, em mais uma ida a Brasília para participar de algumas reuniões de rotina, Genésio conta que encontrou “três homens brancos, galegos” que estavam observando todos que estavam presentes até chegar até ele e perguntar:

- É de que aldeia?
- Sou Jeripancó.
- Que Estado?
- Alagoas.
- Como é o nome da cidade lá?
- Água Branca
- E a escola lá tem condições boas?
- Não, não tem porque não tem apoio, tem lá só duas salinhas de aula e só dá pra ensinar trinta a quarenta crianças.
- Tem muita criança?
- Tem umas seiscentas crianças e estão sem estudar.
- Temos dinheiro aqui e vamos fazer uma escola lá. Agora digo para o senhor, esse dinheiro não é daqui do Brasil, nós somos alemães e estamos aqui procurando onde há mais necessidades para a gente dá assistência” (Entrevista com Genésio Miranda da Silva, aldeia Ouricuri, Pariconha-Alagoas, 12/04/2018).

De acordo com Genésio, depois de muita conversa, os homens aos quais ele se refere como alemães, pois não sabe ao certo qual eram suas origens, apenas o que nos informa é que tem a impressão de que participavam de alguma ONG, cuja finalidade era ajudar os povos indígenas.

Os homens tinham a intenção de dar o dinheiro aos líderes Jeripancó para comprar o material da nova escola acompanhado do desenho arquitetônico, mas ele não aceitou ficar com o dinheiro porque o valor era muito alto e porque também ele não conhecia ninguém na região que entendesse de planta para executar o trabalho como estava no projeto. Dessa maneira, os alemães perguntaram se poderiam indicar uma pessoa para ficar responsável pela obra e ele concordou, essa pessoa seria um homem que, indicado pelos alemães, viria de Goiânia e se responsabilizaria como mestre de obras pela construção da escola (Entrevista com Genésio Miranda da Silva, aldeia Ouricuri, Pariconha, 12/04/2018).

Segundo Genésio, não demorou muito e chegou na aldeia o mestre de obras vindo de Goiânia a mando dos alemães, junto dele, vários materiais para iniciar a construção da escola. Todos da comunidade mais uma vez se mobilizaram para ajudar.

Nas memórias do atual pajé da comunidade, Luís José Antônio de Araújo:

Os donos do terreno onde hoje é a escola, antes da regulamentação da aldeia, eram “os herdeiros do José Carapina, eram quatro famílias herdeiras: os Gomes, os Quintino, os Monteiro e os Caipira. Eu me lembro que antes da construção da nova escola, a José Carapina, tinha um campo de jogar bola que foi feito pela prefeitura era um lugar que todo mundo da comunidade se reunia e costumava a frequentar nas horas de lazer (Entrevista com Luís José Antônio de Araújo, aldeia Ouricuri, Pariconha-AI, 13/06/2018).

Luís de Araújo que é vigia da escola e um dos líderes cultural e religioso termina o 3º ano do ensino médio nesta instituição revela que hoje olha com orgulho a escola na comunidade, emocionado, fala de não ter tido a oportunidade de estudar quando jovem e ao ver tantas crianças tendo a chance que muitos de sua época não tiveram, com uma escola de qualidade é gratificante.

Em 2003, a escola foi estadualizada, pois o primeiro grupo escolar era municipal. A nova escola foi construída e inaugurada sendo estadual, a partir de então, o primeiro grupo escolar tornou-se uma escola anexa da José Carapina. Genésio diz que a estadualização “foi a melhor coisa que aconteceu, porque está sendo preservada”. Nessa fala do cacique existe uma preocupação na preservação do que ele considera um “bem maior da comunidade”, a escola era aberta a comunidade, e muitas vezes, foi alvo de depredações por pessoas que moram na aldeia, e de pessoas que visitavam a comunidade também. Na visão dele, quando o Estado “tomou de conta” ajudou muito na preservação do prédio, na contratação de professores, em outros serviços que são prestados à escola, assim, ele guarda uma certeza da continuação da educação do povo Jeripancó (Entrevista com Genésio Miranda da Silva, aldeia Ouricuri, Pariconha, 12/04/2018).

Genésio considera que ainda há muito o que se fazer na educação dos povos indígenas, “muitas lutas ainda há de serem enfrentadas” para que as leis sejam efetivadas, “e se nós ficar esperando a boa vontade dos poderosos trazer benefícios, não vamos conseguir nada” (Entrevista com Genésio Miranda da Silva, aldeia Ouricuri, Pariconha-AI, 12/04/2018).

Nas palavras do pajé Luís, “a construção da nova escola foi boa, uma das melhores coisas que aconteceu na aldeia, porque ajudou muitos de nós a se formar, eu mesmo, me formei nessa escola” (Entrevista com Luís José Antônio de Araújo, aldeia Ouricuri, Pariconha, 13/06/2018).

Segundo Poutignat (1998, p. 165) “a memória histórica sobre a qual um grupo baseia sua identidade presente pode nutrir-se de lembranças de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhados”.

No caso da memória dos índios Jeripancó entrevistados há um sentimento de conquistas, mas também de muitos sofrimentos na busca por benefícios a comunidade, são muitos anos de lutas diárias que se renovam a cada dia.

Figura 3. Escola José Carapina



Foto: Marina do Nascimento Silva, junho 2018

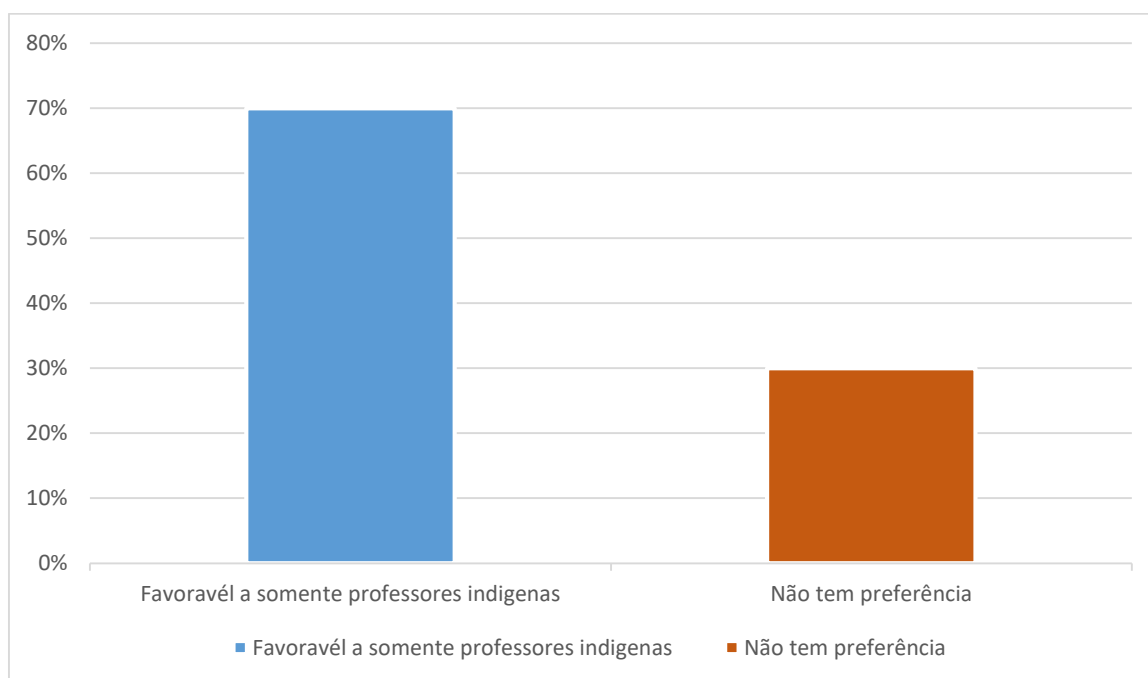
### 2.3 A situação atual da escola José Carapina e o ensino diferenciado

Gilberto Geraldo Ferreira, em sua dissertação de mestrado, fez uma pesquisa na aldeia Jeripancó intitulada *A Educação dos Jiripancó* e entre os temas abordados está o significado da escola e a educação diferenciada. Nesse tópico farei algumas comparações entre o presente e o período estudado na dissertação, fazendo considerações sobre a educação desse povo indígena (FERREIRA, 2009).

Atualmente, o prédio principal é composto por quatro salas de aula, uma cozinha, uma secretaria, uma sala de estudos, dois banheiros e uma sala para guardar merenda. Na escola, assim como na comunidade não há água encanada, a reposição de água é feita por caminhão pipa.

De acordo com uma pesquisa realizada na comunidade (ver gráfico abaixo), existe uma preferência por professores indígenas para lecionar na escola.

Gráfico 1.



Na escola José Carapina existem dezenove professores atuantes, dentre eles, cinco não são indígenas. Do total, são seis homens e treze mulheres. De acordo com dados cedidos pela secretaria da escola, ocorreram 358 matrículas no ano letivo de 2018. Os estudantes se dividem entre o prédio principal e a escola anexa. No turno da manhã, funcionam as turmas de alfabetização e fundamental I. No turno vespertino são atendidos alunos do ensino fundamental II (6º ao 8º ano), e no turno da noite, estudam as turmas do 9º ano e do ensino médio. Não há turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) (FERREIRA, 2009, p. 108)

QUADRO 1 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORAS/ES INDÍGENAS

QUANTIDADE	FORMAÇÃO	SITUAÇÃO
5	PEDAGOGIA	CURSANDO
4	PEDAGOGIA	COMPLETO
1	BIOLOGIA	COMPLETO
2	HISTÓRIA	COMPLETO
1	GEOGRAFIA	COMPLETO
1	LETRAS	COMPLETO
TOTAL: 14		

Dados cedidos pela secretaria da Escola José Carapina, 2017

QUADRO 2 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORAS/ES NÃO INDÍGENAS

QUANTIDADE	FORMAÇÃO	SITUAÇÃO
3	LETRAS	COMPLETO
1	MATEMÁTICA	COMPLETO
1	RELIGIÃO	COMPLETO
TOTAL: 5		

Dados cedidos pela secretaria da Escola José Carapina, 2017

Segundo o estudo de Gilberto Geraldo Ferreira, em 2008, haviam treze professores indígenas de um total de dezessete. Atualmente, esse número é de quatorze professores indígenas de um total de dezenove. Nos dados trazidos por Ferreira, dos professores indígenas haviam cinco que cursavam o ensino médio, o que mostra que os mesmos não tinham qualificação profissional adequada para lecionar. Em dados atualizados essa situação já foi superada, pois os professores agora têm formação completa ou estão cursando o ensino superior. Do número total de professores indígenas e não indígenas apenas uma professora não indígena é efetiva na escola, o restante são todos temporários (FERREIRA, 2009).

Podemos perceber que aumentou significativamente o número de professores indígenas com nível superior, o que é positivo em relação a educação do povo Jeripancó. Esses profissionais hoje estão mais capacitados devido a sua qualificação profissional, tornando assim, mais fácil a busca por uma educação diferenciada. A diferença entre os dados de Ferreira e os atuais, está na quantidade de professores indígenas lecionando na escola, e também na escolaridade dos mesmos.

A formação de alguns dos professores indígenas da Escola José Carapina se deu através de programas de assistência aos povos indígenas como o PROLIND (Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas). Ofertado pela Universidade Estadual de Alagoas, teve início em 2010 e é responsável pela formação de três professores indígenas que atuam na escola. Cícero Pereira dos Santos e Vagner da Silva são formados em História, Salviana formada em Biologia. Além desses, ainda há três pessoas na comunidade que tem o ensino superior pela UNEAL graças ao Prolind.

O programa Bolsa Permanência para indígenas e quilombolas do Governo Federal, ofertado pela Universidade Federal de Alagoas, teve início no ano de 2013 e já ajudou na formação de duas professoras que lecionam na escola, ambas estão terminando a graduação, Janicleia Feitosa da Silva cursa Letras, Edilma Lima Correia cursa Pedagogia. Além delas, há outros estudantes da comunidade que recebem o auxílio e estão em busca da conclusão do ensino superior pela UFAL.



Ferreira salienta que,

A formação é condição necessária, não só para as escolas indígenas, mas também para escolas não-indígenas. É muito comum a atuação no ensino fundamental, de professores indígenas sem formação específica em determinadas áreas do conhecimento ou sem o nível de formação para atuar (2008, p. 109).

Quadro 3 - Lista de professores que atuam na escola

<b>NOME DOS PROFESSORES</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>DISCIPLINAS LECIONADAS</b>
Aline Fernandes Feitosa	Letras	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA	Português, Inglês e Artes
Amosiel Feitosa da Silva	Letras	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Campus do Sertão	Português, Inglês e Artes
Cícero Pereira Dos Santos	História	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS, Palmeira dos Índios	História e Sociologia
Celina Lucilha da Silva	Pedagogia (cursando)	FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA	Séries Iniciais (2º ano)
Jocélia da Silva	Pedagogia (cursando)	FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA	Séries Iniciais
Cristiano dos Santos Teixeira	Pedagogia (cursando)	FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA	Fundamental I (5ºano)
Edilma Lima Correia	Pedagogia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Campus do Sertão	Professora de Cultura
Elisiane Barbosa de Sá	Geografia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Campus do Sertão	Geografia, Sociologia, Artes
Ginaldo da Silva	Teologia	FACULDADE EVANGÉLICA DO MEIO NORTE	Religião, Filosofia, Sociologia, Química e Ciências
Janicléia Feitosa da Silva	Pedagogia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Campus do Sertão	Ciências e Biologia
Maria Aparecida Santos Teixeira	Pedagogia (cursando)	FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA	Fundamental I (4º ANO)
Patricia Isabel Cirilo Feitosa	Pedagogia e Letras		Português, Inglês e Artes
Rosivan Santana	Matemática	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA	Matemática, Física e Química
Salviana dos Santos Silva	Biologia	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS, Palmeira dos Índios	Séries Iniciais (1º ANO)
Selma Souza dos Santos	Pedagogia	UNIVERSIDADE	Fundamental I (3º ANO)
Vagner Da Silva	História	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS, Palmeira dos Índios	História E Educação Física
Valdenice de Jesus dos Santos	Pedagogia (cursando)	FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA	Séries Inicias

Dados cedidos pela secretaria da Escola José Carapina, 2018.

Atualmente, os professores que compõem o quadro de ensino são mais de 50% indígenas, isso para o povo Jeripancó é considerado um avanço, pois de acordo com a pesquisa

há uma preferência por professores indígenas para que o ensino não seja tão distante de sua realidade, podendo assim, mediar os conteúdos da grade curricular sugerida pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas), entre outras com as experiências e o modo de vida indígena.

De acordo com Silva “o meio de ingresso desses professores é através do processo seletivo, feito pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), sendo que a validade do contrato é por dois anos” (2017, p. 99).

Sobre a escola, segundo Ferreira (2008, p. 105), os Jeripancó não precisam dela para a vida espiritual precisam apenas para a vida material, pois segundo eles o espiritual não se ensina na escola, ela é apenas um espaço para que adquiram conhecimentos para viver em terra, o imaterial, a “ciência” como falam eles, vêm dos encantados e das forças da natureza. Na escola, a transmissão desses conhecimentos fica inviável, por se tratar do sagrado necessita de uma preparação e amadurecimento dos que pretendem adquiri-los.

Considerando a fala de Ferreira, essa é uma questão um pouco emblemática de se entender. Pode-se entender que a escola nada tem de importante para o ser humano, dessa maneira seria negar que ela não torna pessoas melhores e não as evolua espiritualmente, não ajude na busca de conhecimento implicado diretamente no cosmos. A escola transforma, então de alguma forma ao ser transformado o ser muda e algumas pessoas acreditam que essa mudança pode implicar em uma mudança que o tirem fora da questão cultural. Quando o sujeito percebe a cultura como sendo algo intrínseco dele, ele se torna mais forte porque sabe que o que o determina como ser algo ou ter algo é a sua cultura.

No cotidiano escolar não existe essa separação sinalizada por Ferreira, cultura imaterial, espiritual, ciência coadunam para formação de sujeitos, em suas concepções práticas, prova disto são os rituais praticados antes de cada evento realizado na escola. Uma prática que agrada e é reverenciada pelos líderes da aldeia.

Para manter viva a história do povo, é importante que a escola e todos da comunidade assumam um compromisso de repassar as lutas e seus acontecimentos históricos ao longo do tempo na aldeia, seja de uma maneira formal ou informal os relatos para que os mais jovens cresçam com a consciência da história de sua comunidade e mantenham viva suas tradições, por esse motivo a história oral tem uma importância primordial.

Segundo Bittencourt,

Quanto ao ensino de História, nas escolas indígenas, a questão tende a tornar-se em mais um dos pontos em que os conflitos culturais se estabelecem, mas que ao mesmo tempo pode contribuir para a ampliação de seu universo cultural e político, servindo

como aquisição importante em suas novas formas de lutas de resistência (1994, p. 106).

As aulas de História nesse caso, são um meio em que a escola encontra para preencher algumas lacunas e os professores fazem de suas aulas uma inspiração em que os alunos podem saber da sua cultura em qualquer tipo de conteúdo contextualizados com seu cotidiano e realidade local e isso serve para que eles percebam que é através desses conhecimentos contextualizados com outros tipos de culturas que a cultura deles é importante no dia-a-dia.

De acordo com Cabral (1987, p. 66), manter a identidade indígena, ainda que dinamizada e transformada pela história contemporânea, é um dos objetivos das escolas indígenas, sobretudo na representação que dela fazem seus principais interessados: os alunos e professores índios.

Para Ferreira,

A escola pode pensar em estratégias de contemplar as experiências do povo para reforçar seus hábitos como forma de preservação da cultura. O saber é adquirido pela experiência, pela força do sobrenatural e a escola não deve se apôr a este tipo de conhecimento. Ele é essencial a vida indígena. Se for alterado, os indígenas correm risco de deixar de existir enquanto sujeitos marcados pela sua cultura (FERREIRA, 2013, p. 83).

Os índios Jeripancó utilizam esse método de transmissão de conhecimentos através da oralidade na escola apenas em eventos e palestras. A presença de anciões, líderes ou qualquer pessoa da comunidade na sala de aula se dá em momentos de debates sobre algum assunto relacionado a história do povo e/ou sobre as lutas enfrentadas pelos seus direitos. Além dos professores, que também fazem de suas aulas meio em que os alunos podem saber da sua cultura em qualquer tipo de conteúdo contextualizados com seu cotidiano e realidade local e isso serve para que eles percebam que é através desses conhecimentos contextualizados com outros tipos de culturas que a cultura deles é importante no cotidiano. Dessa maneira, salienta Bittencourt,

A identidade histórica dos grupos indígenas tem sido preservada com registros orais, sendo o componente linguístico fundamental para a transmissão de um passado, de uma forma de pensar o tempo, as raízes culturais, suas origens, as visões de mundo e das relações sociais. Nesse sentido, a memória dos grupos indígenas com suas peculiaridades no processo de transmissão colocam questões para os educadores acostumados com meios de transmissão histórica registrada sob forma escrita (1994, p. 113).

De acordo com Fonseca, as fontes históricas assumem um papel fundamental na prática do ensino de história, uma vez que são capazes de ajudar o aluno a fazer diferenciações, abstrações que entre outros aspectos é uma dificuldade quando tratamos de crianças e jovens

em desenvolvimento cognitivo (2005, p. 56). No entanto, diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido o maior desafio dos professores na atualidade, mesmo levando em consideração que a oralidade dos próprios indígenas são fontes históricas na reconstrução e na produção de registros de suas memórias.

De acordo com Bittencourt (1994, p. 107), o historiador deve levar em consideração que não só os registros escritos são fontes, temos que considerar que as tradições orais e a memória também são fontes.

Em conversas informais com os profissionais da escola, eles dizem existir uma preocupação em relação ao ensino passado para a esses alunos, alegam que o conteúdo deve ser dialogado e contextualizado com a realidade do seu entorno, é verdade que fazendo esse exercício ajuda a uma melhor compreensão por parte dos alunos sobre o conteúdo proposto, pois eles podem através dessas comparações captar melhor o assunto e ainda fazer uma reflexão sobre sua própria história. Segundo Ferreira,

A princípio, os povos indígenas reivindicam que os professores sejam também indígenas para encaminhar seu projeto educacional escolar, como tentativa de articular as necessidades que a atual sociedade escolarizada com o mundo atual, globalizado, sem perder de vista suas origens, suas tradições, suas culturas, mas também se dando conta das modificações velocíssimas que acontecem em todas as sociedades contemporâneas (FERREIRA, 2008, p. 103).

Segundo Ferreira, ter professores indígenas não é suficiente para organizar a situação.

Os mais velhos da comunidade entendem que a escola é para ensinar os conteúdos científicos, não para ensinar sua cultura, muitos se perguntam porque ensinar sobre a cultura na escola se esta eles já vivenciam diariamente. Estariam eles certos, a escola é para trabalhar os conteúdos universais, mas sabem da importância das questões da comunidade como um todo não se desvincular da escola, entendem que precisam dialogar entre si.

Enquanto os líderes da comunidade e mais velhos reivindicam sempre professores indígenas para trabalhar na escola, com o argumento de que os alunos podem se sentir mais confortáveis na troca de conhecimento, Ferreira mostra relatos de professores entrevistados em seu trabalho, em como inseri-los no cotidiano da escola:

Abrir espaço para que as lideranças, caciques, pajés, benzedeiros pudessem dialogar com a escola e possibilitar que os alunos, desde cedo, fossem incentivados pelo espírito de curiosidade. Diferenciar é no sentido de dar condições dos índios trabalharem seus valores dentro da sala de aula (2008, p. 115).

Segundo Gallois, de um lado estão os estudiosos pesquisadores indígenas reivindicando políticas públicas e do outro estão os próprios indígenas em que alguns tem uma posição

diferente e defendem que a escola não seja diferenciada, querendo mais acesso a universalidade, ou seja, querem que não haja uma distinção entre esses conhecimentos do índio e do branco até porque como disse Mutuá Mehinaku, falando de uma visão dupla “o mundo de fora nos obriga a isso” (2016, p. 512).

O currículo da escola tem uma base que, de acordo com Silva (2017, p. 102), é enviada pela GERE (Gerência Regional de Educação) e esses conteúdos sofrem adaptações em assuntos de saberes locais da comunidade, buscando um currículo próprio. É um desafio construir um currículo que atenda os anseios de uma educação específica.

Questionada sobre o ensino diferenciado na escola José Carapina, a coordenadora indígena Márcia Silva salienta que, o ensino somente é diferenciado:

“Com questão cultural, é de percebê-la e de estabelecer um laço entre a questão cultural com os conhecimentos sistematizados e perceber que na verdade é você considerar a cultura sendo mais importante que o conhecimento sistematizado, mas ao tempo saber que precisamos ser inseridos no mundo.” (Entrevista com Márcia do Nascimento Silva, Pariconha, 01/03/2018).

Percebe-se que tudo o que é relacionado a escola indígena são desafios que os próprios povos indígenas, gestores dessas escolas têm que superar para garantir um ensino de qualidade para seu povo. Lopes (2001, p. 315 *apud* COHN) diz, ser uma escola efetivamente específica diferenciada implica dizer que essa não seja uma política de Estado, pois ela tende a homogeneização, essa especificidade hoje é um grande desafio.

#### 4 Considerações finais

As leis que asseguram os direitos a educação indígena como o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação são importantes para uma maior visibilidade da causa indígena, porém ainda há muito o que se fazer para elas se efetivarem. Elas por si não são suficientes para dar uma garantia de uma educação diferenciada e específica como propõe os documentos oficiais.

A segunda parte desse trabalho mostra que a concepção da escola na comunidade indígena Jeripancó foi um processo árduo que em muitas vezes as próprias leis não amparavam os líderes indígenas, em suas buscas por uma educação de qualidade para seu povo.

A dissertação de mestrado do Ferreira mostra que durante todo esse processo de leis e criação da escola na comunidade, as práticas educacionais nela são importantes para fazermos um balanço comparativo do decorrer dos anos, a fim de mostrar que houve uma evolução e que os professores indígenas Jeripancó tem buscado se aperfeiçoar ainda mais para garantir aos seus alunos uma educação de qualidade, mesmo sendo desassistidos pelo governo.

As abordagens teóricas e observação de campo contribuíram para clarificar pontos, as percepções e práticas pedagógicas e se de fato há formação adequada para atuação na escola indígena. Pensar, como os saberes adquiridos nessas formações são refletidas nas práxis pedagógicas; posteriormente suscitar questionamentos de qual o lugar da escola na cultura indígena? Visto essa instituição como parte que integra o contexto do índio.

Sabe-se que são grandes os danos perpetuados ao longo da história e que apesar de todo amparo (recente), legal para a preservação e valorização da história indígena por normas e diretrizes, ainda há muito por fazer, tanto no cumprimento efetivo das leis, quanto na elaboração e execução de políticas públicas que visem a qualidade de ensino desses povos.

Considerando o objetivo do trabalho que sobre a análise bibliográfica podemos observar que após trinta anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, muitos povos indígenas ainda vivem à espera das garantias que lhes foram asseguradas. A Escola indígena José Carapina, que é o objeto deste trabalho é uma das muitas que não tem materiais didáticos próprios diferenciados, os materiais disponibilizados ainda são os mesmos das escolas regulares. O ensino na comunidade é diferenciado apenas no sentido de respeitar a cultura em que estão inseridos e os festejos religiosos da comunidade, mas em relação a materiais didáticos diferentes e ensino propriamente ditos não existem diferenças.

Ainda não há formação diferenciada e continuada dos professores que é competência do Estado. Há muito tempo não existem formações continuadas para os educadores indígenas. Sabemos que a cultura trazida para sala de aula são formas de “representações” que devem ser levadas em conta pelo professor e pela comunidade escolar e também, não podemos perder de vista que a cultura incide sobre o sujeito e mesmo atua sobre ela, e a compreensão disso; levamos a caminhos assertivos nas observações e no tratamento singular proporcionado a cada sujeito. Talvez por esse motivo as pessoas da comunidade preferirem professores indígenas, por não acreditarem na competência dos outros professores. Nesse contexto, como então pensar a formação e autoformação de educadores não indígenas, atuando nesse contexto? Como devem acontecer essas formações e em que medida as normas estabelecidas pelo MEC são atendidas nas escolas, quanto a atenção e as abordagens acerca da cultura.

Responder tais questões é algo muito mais amplo, que com certeza irá resvalar na própria políticas públicas, porém é preciso saber, como e o que fazer diante daquilo que é possível e que pode fazer a diferença, para não assumirmos o conformismo e muito menos o faz de conta.

É importante salientar que na antiga LDB não havia nada referente a educação escolar para os povos indígenas, isso mostra que foi a partir de 1988 que tudo começou, os indígenas começam a partir da década de 1980 a ganhar visibilidade e independência na luta pelos seus direitos.

Ainda há muito o que ser feito para haver uma educação escolar indígena de qualidade, em outras palavras a escola diferenciada não se aplica efetivamente, ela está apenas no papel, mesmo as leis estando a favor desses povos não é o suficiente, é preciso que haja uma determinação por parte dos indígenas em reivindicar seus direitos para garantir a qualidade do ensino em suas comunidades. A cada ano que passa novos enfrentamentos devem ser combatidos pelos indígenas na busca de manter viva a sua identidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Jean Paraizo. Novos atores e novas cidadanias: o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue. In: Marfan, M. A. (Org.). In: **Anais II do Congresso brasileiro de qualidade na educação: formação de professores: educação indígena**, Brasília, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de história para populações indígenas. 1994. Acesso em 19 de Agosto 2018. Disponível em: [rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1982/1951](http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1982/1951).

BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de política da educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: Acesso em: 18 de Maio de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 18 de Maio. 2018

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: ..... Acesso em: 18 maio. 2018.

BRAGA, Márcio André. Identidade étnica e os índios no Brasil. Acessado em 09 de Agosto 2018. Disponível em: [www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2442/1938](http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2442/1938)

BURATTO, Lucia Gouvêa. A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais. Acessado em 18 de Maio 2018. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/565-4.pdf>>.

CANDAU, Maria Vera. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acessado em 08 de Maio de 2018.

COHN, Clarice. A Cultura nas Escolas indígenas. IN: CUNHA, Manuela Carneiro & CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs). **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. – São Paulo: Editora Unesp, 2016.

FERREIRA, G, Gilberto. O significado histórico da escola e a educação diferenciada. In: **A Educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de alagoas**. 2009. 173 fls. (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira)- UFAL, Macéio, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas - SP: Papirus, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. A escola como problema. IN: CUNHA, Manuela Carneiro & CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs). **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. 1. Ed – São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.



KEMMER, Brunessa Paiva. **História da Escola Indígena Cacique Onofre Kanhgrén**. IN: Registro da história da Escola Indígena Cacique Onofre Kanhgrén. 2015. Texto de Conclusão de Curso em Pedagogia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015

MEDEIROS, Juliana Schneider. **Educação escolar indígena: a escola e os velhos no ensino da história kaingang**. 2012. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/42/32> . Acessado em 08 de Maio de 2018.

MEIHY, J. C. S. B... **História Oral: Como fazer, como pensar**. / José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda. – São Paulo: Contexto, 2007.

MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica** / Regina Célia Tamasso Mioto, Telma Cristiane Sasso de Lima. Florianópolis. 2007

SANTOS, Cícero Pereira dos. **Território e Identidade: Processo de formação do povo indígena Jiripancó**. Palmeira dos Índios. UNEAL, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. (Antes de ser publicado).

SILVA, Carla Alves dos Santos. **Um desafio Jeripancó: Ensino de história na escola estadual indígena José Carapina, sertão de Alagoas (2006- 2016)**. Delmiro Gouveia (monografia do curso de história) UFAL, 2017.

XAVIER, Erica da Silva. **Ensino e história: o uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico**. Disponível em [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino\\_e\\_historia\\_o\\_uso\\_das\\_fontes\\_historicas\\_como\\_ferramentas\\_na\\_producao\\_de\\_conhecimento\\_historico.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino_e_historia_o_uso_das_fontes_historicas_como_ferramentas_na_producao_de_conhecimento_historico.pdf). Acessado em 18 de Maio 2018.

ZOIA, Alceu. **IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços**. Disponível em <http://www.espanholacessivel.ufc.br/sociedade%20inclusiva.pdf>. Acessado em 04 de Fevereiro 2018.

## APÊNDICE

**I - Entrevista realizada em 27/02/2018, com a coordenadora Márcia do Nascimento Silva na aldeia Jeripankó, Pariconha, Alagoas.**

1- Valorização da escola

R: A questão da valorização é assim... houve uma luta para conquistar a escola. Primeiro porque a escola que havia não tinha estruturação, até mesmo organização do trabalho mesmo. O município que sustentava a escola não ajudava então eles pudessem comandar. A valorização vem mais pelo interesse de ter algo próprio pra si, mas a questão de valorização de perceber que a escola era algo para trazer a transformação não tinham essa consciência ainda e agora é que se começa a perceber, acredito. Alguns pais veem a escola como algo que pode transformar e os alunos agora que vislumbram essa possibilidade de transformação a partir da escola, mas alguns pais se fazem desinteressados ao papel da escola dentro da comunidade, eles percebem como se fosse algo ainda distante da realidade.

2- Existe realmente uma educação escolar indígena? Essa educação é realmente diferenciada?

R: Só na questão cultural mesmo, de percebê-la e estabelecer um laço da questão cultural com os conhecimentos sistematizados e perceber que na verdade é você considerar a cultura sendo mais importante que o conhecimento sistematizado, científico porque é isso que a gente tem que considerar, se quiser chamar os alunos, porque acredito que os alunos percebem mais a cultura como sendo importante do que a escola, então dentro desse contexto ela é diferenciada porque em alguns momentos ela deixa até de considerar essa questão mais sistematizada pra considerar a questão cultural. Há definições na lei que dizem como devem ser uma educação escolar indígena diferenciada, porém os materiais, as questões que dão fundamentação não conseguem dar conta das coisas do foco mesmo, a lei está lá em Brasília, mas ainda tem a lei do Estado, do município que dá respaldo só que no foco onde é proposto a educação que deveriam estar fundamentadas nas leis, pelas pessoas e formações em si elas não são feitas. As pessoas que estão nas secretarias de educação que deveriam participar ou definir como ser feitas não conseguem então para os professores proporem essa educação ainda é uma dificuldade porque os materiais didáticos para embasar isso não existe.

3- Na sua opinião esses materiais devem ser diferenciados dos das escolas regulares?

R: eu acho que os conteúdos devem ser iguais, a questão da interdisciplinaridade está em todas as escolas, tanto na regular como na indígena que deve-se considerar o conhecimento como significado. O conhecimento deve ser diferente quando relacionado ao significado cultural.

R: As pessoas mais velhas, de certo modo elas tem... é como se tivesse um abismo, pensam que se a escola veio pra cá pra eles terem uma educação sistematizada então porque eles ensinar sobre a sua cultura dentro da escola? Outros pensam: pra que eu ensinar a cultura na escola se eu já vivencio? A contextualização é importante para eles conhecerem outra cultura pra valorizar o seu dia-a-dia e isso seja tão importante quanto eles saberem porque são índios. Acredito que inicialmente esses mais velhos queriam a escola, mas eles não querem se sentir

## **II - Entrevista realizada em 12/05/2018, com o cacique Genésio Miranda da Silva na aldeia Jeripankó, Pariconha, Alagoas.**

### **O primeiro grupo escolar da aldeia**

O primeiro grupo escolar da aldeia nas palavras do Sr, Genésio:

*Aquela escola ali foi na época que eu recebi um convite para eu fazer essa... em Brasília, fui atrás de Mané Celestino, mas ninguém quis ir.*

Segundo Genésio o escolheram por ser uma pessoa que conhecia muitos lugares e assim saberia lhe dar com qualquer situação que precisasse. A princípio ele recusou, pois não queria se envolver, tinha receio por ter um documento alegando que ele pertencia ao povo Pankararu-PE, e depois de muita insistência de todos os presentes em uma reunião informal, ele aceitou, mas queria que um companheiro o acompanhasse e ninguém se mostrava preparado para aquela missão tão importante. Por último caso, depois de tentar encontrar um parceiro, encontrou o Sr. Elias Bernardo que se mostrou disposto a viajar à Brasília e trazer benefícios para a comunidade, no primeiro caso seria a escola. Genésio conta ainda que Major Marcos e Antonio Barão que era chefe de Água Branca seriam os donos de toda a propriedade que hoje é a aldeia. Agora com um parceiro para a viagem, se comprometeram com o pedido que o Mané Celestino havia solicitado, conta ele que

*Mané Celestino disse que quando nós tivéssemos prontos, nós fosse até Pariconha e esperasse uma ligação que ele ia fazer através do orelhão que tinha na praça e assim nós fizemos. Quando o telefone tocou:*

*- Alô, quem fala?*

*- Celestino.*

*- Oi Celestino. Como vai?*

*- Tudo bom. E aí?!*

*- Rapaz, duas pessoas já tá preparada, pronta a viajar, agora só que sem recurso e alimentação.*

*-Por isso aí não tem problema não. Você amanhã vá em Agua Branca e fale como prefeito Antonio Grilo que eu já conversei com ele e ele disse que dá, ele vai ajudar. Aí quando você for para Água Branca amanhã, se apresente a ele e tudo certo. Quando forem, já vão com a mala pronta para viajar.*

No dia seguinte foram a Água Branca e logo procuraram o prefeito.

Genésio:

*- Sr. Antonio, é o seguinte, um companheiro de Palmeira dos Índios me procurou...*

*- Sim, ele me falou- disse o prefeito. – Só que eu fui aqui olhar no caixa e não tem um centavo, aí como é que eu vou arrumar esse dinheiro pra vocês? Vamos fazer o seguinte, pra vocês ir pra Brasília é uns mil conto e eu não tenho esse dinheiro, não posso tirar da minha loja, mas vamos fazer assim, eu vou dar as passagens para vocês irem pra Recife hoje mesmo.*

Genésio:

*-Sr. Antônio e agora?*

*- Vá ali no banco e entregue essa folha ao gerente- pediu o prefeito.*

E assim ele fez, foi ao banco e entregou a folha ao gerente que lhe deu 60 contos de réis. Genésio conta que foi levar o dinheiro que o gerente havia dado ao prefeito, chegando lá ele disse que o dinheiro seria para eles viajarem para Recife.

Depois que conseguiram o dinheiro com o prefeito de água Branca, viajaram no mesmo dia para Recife. Segundo Genésio viajaram as 17:00 hs do mesmo dia. Quando chegaram em Recife, foram diretamente para sede da FUNAI. Dois dias se passaram até irem à Brasília, ao chegarem em Brasília foram para uma reunião com o Presidente do Brasil, na época, José Sarney, e de lá foram encaminhados a falarem com o presidente da Funai. *O que ficou combinado lá em Brasília é que viria um GT- Grupo de Trabalho pra fazer a limitação, a demarcação e a homologação.* Segundo ele, o Gt demorou em média de quatro anos para fazerem esse trabalho na aldeia.

Logo quando houve o reconhecimento, a aldeia recebeu uma quantia em dinheiro para ajudar em algum serviço que a aldeia precisasse, Genésio conta que recusou o dinheiro e então decidiram depositar na conta do prefeito de Água Branca, o Sr. Antonio Grilo e sempre que precisassem de algum valor iriam pegar com ele na prefeitura. Estavam certos da finalidade daquele dinheiro, seria destinado a construção do primeiro grupo escolar da aldeia, um espaço com duas salas de aula a fim de alfabetizar mais de quinhentas crianças que viviam a aldeia.

Na construção da escola, a comunidade se mobilizou, os homens se encarregavam da mão de obra e as mulheres (cerca de trinta) ajudavam carregando água em potes de uma fonte que havia próximo.

Quando finalmente o primeiro grupo escolar estava pronto, surge um problema, a falta de professor. Passaram-se dois anos a espera até que decidiram ir novamente à Brasília tentar resolver a situação já que o prefeito alegou não ter condições de efetuar o pagamento caso contratasse uma professora.

### **A escola Estadual Indígena José Carapina**

Segundo Genésio, quando estava em Brasília encontrou alguns parentes de Rodelas- BA e contando a situação que a aldeia se encontrava e o motivo da sua ida até lá, esse parente resolveu ajudar indicando uma moça para lecionar na aldeia, tudo ficou melhor resolvido ao final de uma conferência que houve naquele dia. Após quinze dias a moça por nome de Carmina chega ao Ouricuri para dar aula, a comunidade a acolheu cedendo uma casa para que ela morasse.

Após alguns anos em mais uma ida a Brasília para participar de algumas reuniões de rotina, Genésio conta que lá encontrou *“três homens brancos/galegos”* que estavam observando todos que estavam presentes até chegar até ele e perguntar:

*-É de que aldeia?*

*- Sou Geripankó.*

*- Que Estado?*

*- Alagoas.*

*- Como é o nome da cidade lá?*

*- Água Branca*

*- E a escola lá tem condições boas?*

*- Não, não tem porque não tem apoio, tem lá só duas salinhas de aula e só dá pra ensinar trinta a quarenta crianças.*

*- Tem muita criança?*

*- Tem umas seiscentas crianças e estão sem estudar.*

*- Temos dinheiro aqui e vamos fazer uma escola lá. Agora digo para o senhor, esse dinheiro não é daqui do Brasil, nós somos alemães e estamos aqui procurando onde há mais necessidades para a gente dá assistência.*

De acordo com Genésio depois de muita conversa eles (os alemães) queriam dar o dinheiro a ele para comprar o material da nova escola acompanhado do desenho arquitetônico, mas ele não aceitou ficar com o dinheiro porque o valor era muito alto e porque ele não conhecia ninguém na região que entendesse de planta para executar o trabalho como estava no projeto. Dessa maneira os alemães perguntaram se poderiam indicar uma pessoa para ficar responsável pela obra e ele concordou.

Segundo o depoimento do Sr. Genésio não demorou muito e chegou na aldeia o mestre de obras e vários materiais para iniciar a construção da escola. Todos da comunidade mais uma vez se mobilizaram para ajudar.

Em 2003 a escola foi estadualizada e o Sr. Genésio diz que *foi a melhor coisa que aconteceu, porque está sendo preservada.*

### **III - Entrevista realizada em 14/08/2018, com o pajé Luís Antônio de Araújo na aldeia Jeripankó, Pariconha, Alagoas.**

#### **Primeiro grupo escolar da aldeia**

Eu trabalhava fora, Maria Berta e outras aí sabiam dizer, mas elas já morreram, ela e outras ajudavam lá, elas cozinhavam. Eu trabalhava na Chesf, quando eu cheguei Antônio Grilo já tinha construído, eu trabalhava como marteleteiro quebrando pedra para fazer as comportas. Quando eu fichei lá eu tinha 18 anos.

Como eu já disse eu gostaria de ter participado da criação daquele grupo, mas na época que começaram a fazer ele eu não acompanhei e não pude ajudar porque eu trabalhava na Companhia Hidro elétrica do São Francisco (CHESF) de Paulo Afonso-Bahia, aí quando eu cheguei já tava pronta e até hoje tá lá do mesmo jeito de quando construíram.

#### **A Escola Estadual Indígena José Carapina**

Os donos do terreno onde hoje é a escola, antes da regulamentação da aldeia, eram “os herdeiros do José Carapina, eram quatro famílias herdeiras: os Gomes, os Quintino, os Monteiro e os Caipira. Eu me lembro que antes da construção da nova escola, a José Carapina, tinha um campo de jogar bola que foi feito pela prefeitura era um lugar que todo mundo da comunidade se reunia e costumava a frequentar nas horas de lazer. A construção dessa escola já foi diferente, já tinha outras pessoas que eram responsáveis pela construção, muita gente ainda ajudou no que podia. A construção da nova escola foi boa, uma das melhores coisas que aconteceu na aldeia, porque ajudou muitos de nós a se formar, eu mesmo, me formei nessa escola.

Eu fico feliz de ver que muitas crianças hoje tem a oportunidade de estudar, fico orgulhoso porque na minha época não tinha como é hoje, nós temos uma escola de qualidade, e isso é gratificante.